

Conclusão

O espaço e os sentidos

A habituação e envolvimento com a cidade leva-nos a aplicar conceitos sobre si, numa tentativa de caracteriza-la e explicá-la, sem que para tal, tenhamos a clareza e o significado devidamente compreendido desses mesmos conceitos.

Exemplos desses conceitos podemos destacar, o espaço, a percepção, a cognição, elemento urbano, entre outros. Entendemos de fundamental importância o conceito de espaço, para os arquitectos e urbanistas assume-se necessário compreender o conceito de espaço, bem como as diversas noções que lhe estão agregadas.

O espaço é algo que à semelhança da percepção, levanta dificuldades da sua definição, na medida em que se assume à partida a desnecessidade de os comprovar ou estudar consequência do entendimento generalizado de que é uma coisa natural, sempre existiu, é assim mesmo, passando a ideia de que as coisas dadas não carecem de definição. Há portanto uma concepção ingénua de espaço que se julga importante estudar. Partilhamos da ideia do poeta brasileiro Ferreira Gullar que postula “não existem verdades indiscutíveis” e que “certamente é melhor saber alguma coisa do que não saber nada” Deste entendimento e de acordo com os autores estudados avançamos com a definição destes conceitos, convictos que a nossa análise não esgota a sua definição.

“...O espaço em particular, constitui uma dimensão fundamental no estudo da experiência do ambiente em geral e da arquitectura em particular” (Muga, 2006/2005, p. 69)

A concepção ingénua de espaço

Naturalmente consideramos o espaço como algo antecessor das coisas que se encontram nele. O espaço é pré-existente onde no qual objectos vão encontrar a sua localização.

“...espontaneamente, o espaço é experimentado como dado que procede os objectos que nele estão, como cenário no qual todas as coisas tomam o seu lugar...” (Arnheim, 1988/1977, p. 17)

Perante esta visão, o espaço seria como um vazio existente entre as coisas, com a possibilidade de se expandir de igual modo em todas as direcções. O homem vive ocupando um determinado espaço, movimentamo-nos num espaço e imaginamo-lo um recipiente neutro, sempre igual e uniforme. Um receptáculo que existe passivamente aguardando uma ocupação por pessoa ou objecto.

Os diferentes espaços

No entanto, a definição de espaço não se encerra nesta visão ingénua, existem outros modos de o caracterizar. Passo a citá-los:

Espaço pragmático - Podemos considerar este espaço como palco das acções humanas, o espaço que nos envolve, no qual desenvolvemos nosso dia a dia. Esta ideia de espaço é a mais imediata desenvolvida pelas culturas primitivas e pelas crianças no seu processo de aprendizagem.

Espaço perceptivo – A par deste conceito de espaço pragmático, encontramos o da percepção imediata, aquele que contempla a nossa visão, ainda que semelhante ao anterior, não se limita ao mundo da acção mas contempla como dissemos a visão.

Espaço existencial – Acontece pela combinação dos dois espaços anteriores, o pragmático e o perceptivo. Este espaço é consequência de esquemas mentais elaborados pelo homem em relação ao que o rodeia.

Espaço cognitivo – Caracteriza-se por uma ideia de espaço universal, único, onde todos os seres vivos encontram o seu lugar. É um espaço físico genérico, no qual planetas, estrelas, visíveis ou invisíveis têm cabimento.

Espaço matemático – é um espaço meramente abstracto, com relações puramente lógicas, capaz de desenvolver em várias dimensões que não se consegue imaginar com os meios do espaço físico tridimensional. A geometria euclidiana estaria localizada entre o espaço cognitivo físico e o espaço abstrato-matemático.

Espaço estético – Numa dimensão diferente o Homem apropria-se do seu espaço imediato, criando o seu espaço existencial carregado com o sentido e significado, considerando-o como próprio. Este espaço concreto que cada indivíduo dota de significado pessoal, é algo que podemos designar por espaço estético na medida em que está representado pelas nossas experiências pessoais e sobre ele direccionamos nossos sentidos e sensibilidade. O espaço expressivo ou estético criado pelo Homem, para si próprio, está relacionado com todos os anteriores tipos de espaço que mencionamos nesta abordagem.

O espaço psicológico

Considerando que este espaço assume uma primordial importância, na análise urbana, e na compreensão de questões relacionadas com a percepção individual sobre um espaço, dedicamos um desenvolvimento ao tema.

A psicologia, é sem dúvida o ramo do saber que mais contribuirá na formulação de teorias para a formulação de conceitos directamente relacionados com o espaço urbano. Baseamos a nossa afirmação no facto da psicologia, para além de usar um caminho conceptual, preocupar-se em compreender como se forma no Homem o conceito de espaço; em segundo como o interpreta.

A ideia subjacente ao espaço no âmbito da psicologia está directamente relacionada com a experiência espacial do homem sobre esse mesmo espaço. Podemos concluir que para este ramo de conhecimento, o espaço é um sistema mental que o Homem vai construindo pela experiência com o seu entorno.

Percepção

A percepção é um processo que desde o século XX tem sido objecto de investigação por diversas correntes científicas atribuindo-se maiores avanços à percepção ambiental. O ser humano, não se questiona porque motivo vemos o que vemos ou o modo como o fazemos, para ele ver é o meio mais rápido e natural para conhecer o que o rodeia, não se consciencializando das suas particularidades e complexidades.

O tema da percepção está precisamente ligado à compreensão desse processo e suas diferentes fases: a primeira constituída pela sua vertente neuro-fisiológica, na qual as características do aparelho visual são determinantes. A segunda, subentende uma descodificação do estímulo, incluindo já um processo de comparação e classificação pela acção do cérebro e a terceira, que pressupõe a elaboração de um juízo em relação ao observado. Podemos concluir que o processo perceptivo é formado por três fases, como referimos, e que a percepção é orientada pelos estímulos externos, resultantes dos cinco sentidos, dos quais a visão tem destaque, a segunda fase pela selecção relacionada com o campo da memória e por fim a atribuição de significados, relacionado com o campo da inteligência e raciocínio, num caminho que conduz a dois fins específicos, acção e memorização. Resta acrescentar que o que vemos (objecto/paisagem) não corresponderá na

verdade ao real, mas sim ao resultado dos processos mentais, obtidos através de filtros perceptivos, que se encontram entre o sujeito e o objecto observado.

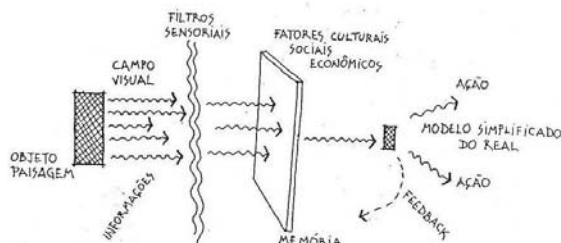


Figura 239 - Interpretação esquemática do processo de percepção/cognição/resposta

Génese, evolução e tendências contemporâneas do desenho urbano

Modernidade e desenho urbano

Embora a disciplina de desenho urbano se concretize como ramo de estudo na segunda metade do séc. XX, o pensar o espaço urbano é uma prática comum desde os tempos em que se começaram a construir cidades. O entendimento da necessidade de criar espaços públicos adequados ao homem de acordo com a sua escala vem de tempos remotos.

O ponto formal da ideia de concepção de espaço público para o reconhecimento do desenho urbano como disciplina aconteceu nos finais do séc. XIX, com o trabalho de Camillo Sitte, publicado em 1889 sob o título *Der Stadtebau nach seinen Kunstlerischen Grundsätzen* e traduzida para português como *A construção das cidades segundo seus principios artisticos*. São Paulo, Ática, (1992).

Camillo Sitte foi um dos fundadores da crítica urbana da era moderna. A sua obra foi um impulso para o desenho urbano se destacar como disciplina. Influenciados pela obra de Sitte, diversos autores do séc. XX vão encontrar no seu trabalho um suporte que lhes permitirá desenvolver as suas ideias sobre o desenho das cidades.

Destacamos o urbanista Raymond Unwin no início do séc. XX, o arquitecto Gordon Cullen, no final dos anos cinquenta e Kevin Lynch na década de sessenta. Outros autores vão basear-se nas obras destes últimos citados e bipolarizar a visão sobre o desenho da cidade, segundo padrões empíricos ou racionais.

Raymond Unwin caracterizou-se como um autor fundamental no movimento britânico das cidades jardins. A obra de Unwin é um manual de desenho de cidades, o qual contém soluções formais e procedimentos para planear cidades. O autor defendia que a forma

urbana deveria constituir-se individualmente adaptando-se às especificidades do lugar, e que ambos os tipos de traçado urbano, regular ou irregular deveriam ser utilizados em simultâneo quando as características e as necessidades do lugar assim o justificassem. Este reconhecia beleza na utilização dupla dos traçados. A influência de Sitte foi determinante na construção de fundamentos teóricos do desenho urbano actual, no entanto este modo de pensar a cidade não foi unânime. Le-Corbusier em particular, e os seguidores do movimento moderno em geral, dirigem fortes críticas ao pensamento de Sitte, baseadas no argumento de que a sua visão de cidade era antiquada e romântica.

A Carta de Atenas que derivou do congresso de arquitectura moderna (CIAM de 1933), foi o ponto de apoio destes autores modernistas, através do qual se retiraram ideias de construir cidade seguindo o racionalismo, o funcionalismo e o abandono das formas da cidade tradicional. Os principais temas abordados nestes congressos centravam-se na habitação social e na cidade funcional. A racionalização dos espaços, a economia e a padronização eram o meio privilegiado para atingir os seus objectivos de cidade. No entanto, algo muito importante era desvalorizado: a identidade das cidades, não levava em linha de conta diferenças culturais, sociais e económicas.

Esta visão unificada, começará a sofrer opositores por um grupo denominado *Team X*, que por sua vez verá as suas ideias reforçadas por Giedon, membro do CIAM e colega de Le Corbusier, levantou críticas ao facto de não se considerar nos estudos o elemento humano. Era entendimento deste grupo de críticos, a necessidade de incorporar nos estudos da arquitectura funcionalista as inter-relações sociais no espaço construído. Os usuários do espaço deveriam ser colocados em primeiro plano no processo de planeamento da cidade.

No decurso da segunda metade do século XX, o descontentamento sobre os espaços modernistas era generalizado.

O período da década de sessenta, caracterizou-se pelo fim do forte disparo construtivo do movimento moderno que vinha acontecendo desde a década de vinte.

A partir dos anos sessenta, são frequentes as publicações de livros, nos quais se critica o modelo de cidade modernista ao mesmo tempo em que se lançam novos caminhos, novas teorias de apreensão do espaço urbano.

A jornalista americana Jane Jacobs, partiu da observação diária da cidade americana e da sua experiência como habitante da cidade. Publica em 1961 um livro sob o título *The Death Life of Great American Cities*.

Esta obra faz uma análise de cidades com problemas e cidades que de um modo geral, funcionam bem e que conferem qualidade de vida aos seus usuários. É reconhecido o contributo da obra de Kevin Lynch. A sua obra *A imagem da cidade* publicada em 1960 é um estudo de grande importância para a percepção do espaço urbano. Partindo de uma análise empírica sobre três cidades americanas sobre as quais se centrou a atenção na qualidade visual apreendida pelos habitantes, resultado do estudo das imagens mentais por si formadas.

O autor procura compreender e organizar as inter-relações entre o cidadão e a cidade, salientando a importância da memória e dos significados que o usuário se depara ao longo do seu percurso pela cidade. Este modo de olhar a cidade utilizado por Lynch, compreendendo a imagem urbana pelos olhos dos usuários fundamentou os estudos da percepção humana na cidade.

Ainda nesta linha de pensamento da defesa dos espaços urbanos tradicionais vamos estudar o autor Gordon Cullen. Seguidor de Sitte publica em 1961 o seu livro denominado *Townscape*. Este trabalho faz a análise de diversos locais de cidades pré-industriais, com especial relevo à “arte do relacionamento” entre os diversos componentes do edificado, ou seja, a cidade como objecto da percepção dos seus usuários.

O autor Christopher Alexander foi um crítico de arquitectura moderna com um valioso contributo nesta matéria, defendendo que os espaços entre os edifícios seriam tão importante para o homem como os próprios edifícios.

Em 1965, no seu trabalho “A Cidade não é uma Árvore” o autor elabora uma crítica ao funcionalismo da cidade moderna, uma vez que os modernistas tinham apresentado um esquema de cidade em forma de árvore no qual segundo o autor não considerava a diversidade e complexidade das relações de uma cidade real.

Em jeito de conclusão a esta abordagem, cabe-nos destacar os principais contributos destes autores quer como fundamentação teórica do desenho urbano, bem como para a compreensão do desenho urbano como processo através do qual a cidade cria a sua forma.

O primeiro destaque será para o *Team X*, pela intenção de humanização dos espaços urbanos e pelo contributo dos estudos das inter-relações sociais no processo de construção das cidades. O *Team X* pretendia criar espaços com identidade derivado da especificidade das características e cultura do local.

Jacobs e Alexander partilhavam a ideia de que a vitalidade era fundamental nos espaços públicos. Em relação à crítica ao funcionalismo também acordavam, ambos

destacavam a importância das áreas livres da cidade, defendendo que a multiplicidade de usos e funções é fundamental no processo de planeamento das cidades.

Kevin Lynch e Gordon Cullen foram importantes para a metodologia do desenho urbano, na medida em que realizaram métodos de leitura do espaço de modo a que, segundo esta metodologia, a se elaborar uma proposta para determinado espaço, se contemple as realidades do local.

Lynch foi responsável pela introdução dos estudos perceptivos na teoria do desenho urbano considerando no seu trabalho a estética e a humanização do espaço. Cullen, pelo seu conceito de análise visual, aborda, essencialmente, a escala da rua, sendo a forma mais importante dos usuários apreenderem o espaço urbano. É pela visão sequencial ao longo da “cena urbana” que o observador atinge uma imagem forte de significados.

Concluimos que, os autores estudados foram um valioso contributo para uma fundamentação teórica da teoria do desenho urbano, valorizando o contexto, procurando uma compreensão da complexidade das inter-relações nos espaços urbanos, com o intuito de aplicar estas conclusões no desenho de novas cidades.

O contributo dos autores europeus no desenho urbano

No desenho urbano era abordado as estruturas urbanas em que se assistiam nas cidades pré-industriais. Os autores neo-racionalistas que representaram este movimento foram Aldo Rossi, Carlo Aymonino e os irmãos Krier.

Aldo Rossi, na sua obra *Arquitectura da Cidade* é um dos primeiros a criticar o movimento moderno na Europa. Rossi recupera a dimensão arquitectónica de cidade na medida em que entende que a cidade é compreendida como uma arquitectura.

A dimensão arquitectónica defendida por Aldo Rossi, assenta em estudos morfológicos, e na avaliação da história.

Os trabalhos de Rossi sobre morfologia e tipologia, levam a que o autor rejeite o princípio modernista de que “a forma segue a função” uma vez que defende que à medida que as funções originais cessam e o edifício se mantém, este princípio deixa de existir.

Em jeito de resumo, entendemos referir que Rossi aflora a discussão de temas tipológicos e morfológicos, e acrescenta o conceito de “memória colectiva” e “permanência” o que contribui a uma nova visão do espaço urbano que contempla o valor património histórico e memória.

Carlo Aymonino, arquitecto da *Nuova Tendenza*, trabalhou com Aldo Rossi no estudo da cidade de Padova, nos anos 70. O trabalho por eles realizado é um referencial que foi seguido em intervenções de sítios históricos. O trabalho consistia em relacionar as características morfológicas da cidade e as particularidades tipológicas de determinados edifícios.

A sua obra principal intitula-se *O significado das cidades*, surgiu como compilação da sua experiência no ensino bem como das pesquisas efectuadas no instituto de arquitectura de Veneza. À semelhança com o trabalho de Rossi, Aymonino estuda a relação entre elementos do desenho urbano e a arquitectura, pelo estudo da relação de ruas, edifícios e os espaços públicos de Roma, Veneza e Londres.

Os arquitectos Léon e Robert Krier também deram um contributo valioso ao desenho urbano. Os trabalhos destes autores também estiveram contra os ideais anti-históricos do Movimento Moderno, baseando a sua teoria em análises morfológicas de áreas urbanas históricas. Estes autores defendem que a preservação física e social dos centros históricos são factores essenciais a serem mantidos.

Opositores às propostas modernistas, defendiam que estas danificavam o património cultural das cidades, e que como solução dever-se-ia regredir às cidades pré-industriais e se analisar as suas dimensões, proporções e morfologia.

O arquitecto Robert Krier, em 1975, apresenta a obra intitulada *Espaço Urbano*, onde reúne uma vasta colecção de análises morfológicas dos diversos tipos de espaços urbanos tradicionais. Como conclusão do seu livro o autor conclui que a cidade moderna perdeu o sentido tradicional de espaço urbano e avança as consequências deste facto, nomeadamente, constata que a rua e a praça perderam as suas funções de então conduzindo a uma cidade moderna sem conteúdo estético, formal e social.

Uma definição de desenho urbano

A adaptação para português do termo inglês *Urban Design* acontece após a segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos e em Inglaterra.

Assim entendemos que o desenho urbano surge nos finais da década de sessenta como campo disciplinar de conhecimento, com o intuito de preencher o espaço existente entre a escala da arquitectura, que se ocupa dos edifícios em particular e o planeamento urbano, que estuda a cidade ou região de um modo generalista.

Segundo o professor Vicente Del Rio podemos afirmar que o desenho urbano acontece para tratar o espaço urbano "...em sua dimensão mais evidente para a população: o espaço vivencial público do seu cotidiano." (Del Rio, 1990, p. 47)

Embora o desenho urbano esteja em relação directa entre a arquitectura e o planeamento, o desenho urbano é autónomo de ambos, formando um ramo de estudo com o seu fundamento teórico e as suas próprias problemáticas e abordagens.

Del Rio entende que o desenho urbano, segundo a perspectiva que aqui estamos a abordar, pode ser entendida como área específica de actuação do urbanismo.

Aspectos caracterizadores dos elementos urbanos

O ambiente urbano é composto por uma variedade complexa de elementos urbanos, que compartilham o mesmo limite, uma linha imaginária, uma sensação de convite, um pano de vãos ritmado, um edifício simétrico...

É nossa convicção que o espaço urbano se constitui por esta mistura de elementos formais e não formais, os quais se unificam como imagem final.

O conceito de elemento

Consultado o "Novo Dicionário da língua Portuguesa", encontramos a seguinte definição para o termo elemento:

"Elemento, (do lat. Elementum) s.m. (...) 3. tudo o que entra na composição de alguma coisa (...) 4. cada parte de um todo (...) Elemento arquitectónico. Arquít. Cada uma das partes da edificação, como piso, a parede, a coluna, o pilar, a escada, o forro, o tecto, etc (...)"
(Ferreira, 1986, p 624)

Desta definição compreendemos que para atingirmos um todo, necessitamos de vários elementos numa primeira fase, e numa segunda, a composição dos mesmos. Este processo compositivo, intencionalmente entendemo-lo como o processo perceptivo do homem em substituição à definição de uma combinação de elementos básicos.

Reconhecemos à partida a existência de dois tipos de elementos na formação da imagem urbana: os elementos formais urbanos e os elementos não formais. A distinção entre os elementos formais urbanos e os elementos não formais consiste no grau de subjectividade que o usuário atribui a cada um dos elementos.

“... diferentes elementos, que se dividem entre formais e não formais, na medida em que estão mais ou menos sujeitos à subjectividade de cada observador.”
(Moutinho, 2007, p. 8)

Interpretamos a palavra “subjectividade” utilizada pelo professor Mário Moutinho na definição de elementos formais e elementos não formais, como o gradiente físico que o elemento pode incorporar ou não.

Apresentada a dualidade dos elementos e o aspecto que os distingue entre si, poderíamos avançar para a enumeração dos diversos elementos constituintes de cada um dos apresentados: os elementos formais e os elementos não formais.

Por elementos formais, consideramos:

Linha: “Um ponto transladado se torna uma reta. Conceitualmente, uma reta tem comprimento, porém não tem largura ou profundidade...” (Ching, 2008, p. 3)

Simetria: “...relação proporcionada e equilibrada entre as diferentes partes de um todo...” (Carchia, 2009, p. 323)

Ritmo: “ O ritmo é o princípio geral de organização da experiência segundo as ordens [regulares ou irregulares] do tempo e do espaço...” (Catucci, 2009, p. 310)

Hierarquia: o conceito de hierarquia seja ela na composição arquitectónica, urbana, ou de outro tipo, tem adjacente a ideia “...crescente ou decrescente de graus ou escalões...”. Ao nível do espaço urbano podemos encontrar essa hierarquia através de formas bem complexas, nomeadamente pelos seus diferentes usos ou funções. O posicionamento de determinados espaços ou edifícios com características específicas também conferem essa hierarquia aos espaços e/ou edifícios.

Limite: diferenças territoriais marcadas por um obstáculo físico, ou por alguma convenção. Existindo essa convenção poderemos sentir-nos mais ou menos à vontade para aceder a esse espaço em consequência da diferença de formas, matérias, cores, etc.

Horizonte: o Homem está naturalmente habituado a referenciar tudo o que o envolve de um modo gravitacional, a sua avaliação das coisas tende para a verticalidade como referência. Logo ao estarmos perante um edifício, ou um conjunto de edifícios, somos confrontados com o eixo vertical do edifício e o seu respectivo remate, assentamento, no plano horizontal que nos suporta. Este encontro da verticalidade com a horizontal designamos por horizonte.

Recortes: por recortes entendemos os contornos de beirais, empenas, torres, chaminés, telhados, que influencia subjectivamente a altura e percepção do edifício, ou conjunto de edifícios.

Textura: entendemos como o resultado plástico e artístico de uma superfície. Grande parte da nossa experiência com a textura é óptica, não tátil.

Cor: a tentativa de definição de cor remonta aos tempos de Aristóteles, quando este conclui que a cor é uma propriedade dos objectos, tal como textura, peso, etc. Será Leonardo da Vinci no seu trabalho *Tratado de Pintura e Paisagem*, que opondo-se à tese de Aristóteles, sustenta que a cor é uma propriedade da luz e não do objecto.

“Cada pessoa lê o espaço como experiência individual, logo intransmissível (...) A leitura cromática da cidade depende do tipo de relação que o utente estabelece (...) No espaço urbano a leitura da cor processa-se sempre em confronto com os factores que a determinam: materiais, luz e utente, organizados em variáveis como orientações solares, relações de proximidade com o observador, modos como o pavimento e o céu intervêm enquanto componentes visuais do espaço, e consequentemente como dados de projecto desse mesmo espaço. (Loução, 1993)

Eixo: “Como um eixo constitui essencialmente uma condição retilínea, tem qualidades de comprimento e direcção, induzindo movimento e promovendo vistas ao longo de sua trajetória” (Ching, 2008, p. 380).

Marca: entendemos marca, como um conjunto de características que um determinado objecto/paisagem possui, e que lhe confere como resultado uma diferenciação de todos os outros

Por elementos não formais, consideramos:

Oposição. “...posição de duas coisas [objecto, edifício] que estão uma em frente da outra...” (Ferreira, 1986, p. 1332).

Ponte de referência: estamos perante um ponto de referência, quando um determinado espaço ou objecto reúne um conjunto de características particulares que o destaca sobre os demais. No entanto, estas características mais uma vez estão ao nível do subjectivo uma vez que o que é referência para um indivíduo poderá não ser para outro, resultado das suas experiências acumuladas.

Transparência: segundo Kevin Lynch em *A Boa Forma da Cidade*, deveremos entender o elemento *transparência*, como o sentimento que podemos retirar do que é o

funcionamento e relacionamento dos seus usuários num determinado espaço urbano. Segundo o autor: “Por transparência quero dizer, o grau em que cada um pode compreender directamente a operação das várias funções técnicas, actividades e processos sociais e naturais que acontecem no seio do aglomerado populacional” (Lynch, 1999, p. 134).

Uso: entendemos o uso, como a actividade comportamental habitual dos usuários da cidade resultado da sua cultura, das normas e hábitos de fazer determinada acção.

Sombra: a luz é um elemento fundamental na transformação e percepção de um espaço, seja ele interior ou exterior. A luz define formas, salienta texturas, define ambientes... Por sua vez a sua incidência num corpo com determinadas características de opacidade, diminui esse fluxo de luminosidade e projecta numa determinada direcção uma silhueta equivalente (ao objecto opaco) diminuído de intensidade luminosa, a que se chama sombra.

Convite: explica-se por um estado do usuário conhecer um aqui, o local onde se encontra, e haver um além que o usuário desconhece, mas que pela estrutura desse conjunto é convidado, a descobrir o cenário com que se irá deparar ao trespassar determinado arco, determinada esquina, escada, edifício.

Percurso visual: entendemos que o percurso visual se define pelo trajecto da nossa visão ao longo de uma determinada paisagem ou objecto, acreditamos que o trajecto feito ao observar algo, é influenciado por referências pessoais do indivíduo.

Análise urbana de Óbidos

Localização

A Vila de Óbidos, integrada no distrito de Leiria, com uma população na ordem dos 3100 habitantes. A área de estudo, caracteriza-se por um aglomerado urbano de características medievais, que actualmente são um pólo atractivo de visitantes à vila.

O percurso que seleccionamos para estudar os elementos formais e informais do espaço urbano, configura-se nas via mais marcante do aglomerado urbano. Estamos a referir-nos à Rua Direita

Evolução da vila de Óbidos:

As Origens – Óbidos antes do século XII

A data da fundação de Óbidos é difícil de estabelecer consequência da sua localização geoestratégica pensamos ser possível onde se apresentam as muralhas actualmente tenha sido ocupado destes tempos bem antigos. Isto confrontando com casos de semelhante situação em localizações diferentes.

No entanto os vestígios de civilizações Pré-Históricas, da época calcolítica e da idade dos metais encontram-se com maior quantidade nas localidades próxima de São Mamede e Columbeira e com forte presença no Outeiro da Assenta.

Distante das grandes vias romanas que atravessam a Lusitânia, é referido *EBUROBRITTIUM* que se identifica com Amoreira de Óbidos, pequeno povoado do termo desta vila irrelevante durante a idade média. A existência de alguns indícios, conduzem-nos a pensar que naquela localidade possa ter existido um Castro luso-romano.

Óbidos no tempo da reconquista

Uma vez mais as parcas fontes, quer indícios arqueológicos quer documentos escritos coevos nos levantam dúvidas no período da reconquista.

Segundo as *Memórias Históricas*, é possível atribuir um carácter imutável relativamente as suas muralhas. Enquanto que em grande parte das vilas da época a população aumentava fortemente e as muralhas tinham de ser alteradas, em Óbidos essa situação não acontecia. Deste modo entendemos, segundo os elementos disponíveis que as muralhas do séc. XII sejam as que ainda hoje é possível observar em termos de expansão. O que podemos entender da documentação disponível é a existência de um vasto espaço livre dentro das muralhas, com especial incidência na metade sul da área cercada. os locais de habitação estariam a norte da Igreja de São Pedro

A vila tardo-medieval

Nos finais do séc. XIII. Devido a uma reorganização do espaço urbano, começamos a assistir a um crescimento quer da vila, que ganha espaço para habitação dentro e fora das muralhas, quer de habitantes.

A orientação da rede viária altera-se com a abertura da Rua Direita, em função da qual a vila se vai estruturar. Será ao longo desta rua que assistimos a um aumento da construção cada vez mais para sul.

A vila do Século XVI

A fundação da vila de Caldas da Rainha nos finais do séc. XV, e o seu forte crescimento foi o factor preponderante para Óbidos não ter evoluído, assim nunca atingiu uma expansão populacional que levasse à saída dos seus habitantes para fora de muros.

A imagem da vila não sofreu alterações significativas no séc. XVI.

Elementos formais e não formais de Óbidos

A determinação dos conceitos dos elementos formais e não formais urbanos serviram para organizar e fundamentar um modo de “ver” um determinado ambiente urbano. A nosso trabalho não foi inédito neste campo, seguimos a metodologia do trabalho do professor Mário Moutinho, que nos serviu de modelo em relação aos conceitos que fundamentos com recurso a diversos autores do panorama da arquitectura, urbanismo, desenho urbano, etc. Não consideramos esgotadas as possibilidades de atribuição de conceitos às diversas marcas do meio urbano.

Este estudo é o início de uma longa caminhada, que será sempre diferente e por isso fascinante, da procura da compreensão da forma como as pessoas percebem uma dada realidade e aprimorar processos de leituras que permitam uma plataforma comum de entendimento em relação ao sentimento urbano.